



AS DEVOÇÕES PORTUGUESA E ESPANHOLA NA IMPLANTAÇÃO DO CULTO A MARIA NO BRASIL

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4064

Neffertite Marques da Costa, PUC/SP

Resumo

Tendo em vista os trezentos anos do início da devoção a Nossa Senhora Aparecida, proclamada Padroeira do Brasil, em 1930, e a importância da figura de Maria no catolicismo, sobretudo no chamado catolicismo popular, entendeu-se a necessidade de verificar as formas pelas quais o culto a Maria teve início no Brasil. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, foi realizado o levantamento das raízes ibéricas da devoção mariana no Brasil, passando pela oficialização do culto a Maria em Portugal, através da ação política dos reis, com a proclamação de Portugal como Terra de Santa Maria, no século XII, por D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, até a consagração de Portugal a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 1646, por D. João IV, com a consequente extensão da obrigatoriedade do culto nas colônias portuguesas, como o Brasil. Na implantação do culto a Maria no Brasil, foi identificada a ação dos primeiros exploradores e colonizadores portugueses, que trouxeram imagens de sua devoção no interior das embarcações, construindo capelas e igrejas para abrigá-las, e a ação dos missionários das ordens religiosas que atuaram no Brasil. O culto a Maria por meio de variadas invocações, sejam as que chegaram com os portugueses, sejam aquelas de origem espanhola, oriundas do período da União Ibérica, ocorrida entre 1580 e 1640, que chegaram diretamente com os espanhóis ou se difundiram primeiramente por Portugal, teve forte adesão popular e passou a caracterizar o catolicismo praticado no Brasil.

Palavras Chave:

Catolicismo;
religiosidade popular;
devoção mariana; Nossa
Senhora Aparecida.

No ano de 2017, o catolicismo romano celebra os 100 anos da aparição de Nossa Senhora de Fátima em Portugal e os 300 anos do encontro da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, que foi proclamada Padroeira do Brasil. Sendo assim, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) estabeleceu para o país, com a aprovação do Papa Francisco, o Ano Nacional Mariano, iniciado em 12 de outubro de 2016 e se encerrando no dia 11 de outubro de 2017.

Na região onde a imagem foi encontrada – nas águas do rio Paraíba do Sul, em Guaratinguetá, entre São Paulo e Rio de Janeiro, no centro-sul do Brasil –, deu-se a construção da primeira igreja dedicada a Nossa Senhora Aparecida, ainda no século XVIII, hoje denominada Matriz Basílica, ao lado da Basílica Nova, com projeto de Benedito Calixto Neto, iniciado em 10 de setembro de 1946, tendo, em 1983, a denominação de Santuário Nacional de Aparecida oficializada pela CNBB.

A invocação de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, data do século XVIII e se prende a uma histórica visita do governador das províncias de São Paulo e Minas Gerais, D. Pedro de Almeida, ao Vale do Paraíba. No ano de 1917, este fidalgo, dignificado com o título de Conde de Assumar, passou pela Vila de Guaratinguetá em direção às Minas Gerais e a Câmara da cidade promoveu em sua homenagem um lauto banquete. (...) Os pescadores Domingos Garcia, João Alves e Filipe Pedroso foram os primeiros que tomaram uma canoa e lançaram suas redes no porto de Itaguaçu (rio Paraíba), mas sem nenhum resultado. Tentaram uma segunda vez, próximo a Guaratinguetá e com muita surpresa pescaram uma imagem de Nossa Senhora, mas sem a cabeça. Lançando as redes outra vez mais abaixo no rio, encontraram a

cabeça da mesma efigie. (...) Alguns fatos extraordinários acontecidos junto à imagem da Virgem Aparecida e os primeiros milagres por ela realizados levaram sua fama para todo o país. (MEGALE, 1986, p. 18).

O próprio Santuário Nacional, que está sob a administração dos missionários redentoristas (Congregação do Santíssimo Redentor) desde 1894, tem se esforçado para a propagação dessa história e da devoção a Nossa Senhora Aparecida, como demonstra a existência do Museu de Nossa Senhora Aparecida (1946), da Academia Marial de Aparecida (1985), do Centro de Documentação e Memória (1990) e do Memorial da Devoção Nossa Senhora Aparecida (2016) no espaço da Basílica, além da existência da Sala de Promessas no seu subsolo, com a exposição de objetos que são frutos da devoção a Nossa Senhora Aparecida.

Clodovis Boff (2006), ao discutir o significado da figura de Maria para a sociedade, discutiu o conceito de devoção por meio da relação do devoto com o seu santo, especialmente com a Virgem Maria, sendo marcada pela forte carga emotiva, característica da religiosidade popular – religiosidade da massa dos fiéis católicos, sobretudo daqueles que estão afastados da ação da igreja –, também chamada de religião popular – aquela que não é oficial, sendo caracterizada pela falta de explicações teológicas e, conseqüente, espontaneidade do povo.

Em relação à Maria Santíssima, a piedade do povo católico é verdadeiramente “visceral” ou “entranhada”. Os devotos tratam Maria com extremo carinho. Falam em termos de “Mãe querida” e mesmo de “Mãezinha do céu”. Outros modos de falar, que denotam intimidade, são o uso do diminutivo (Santinha etc.), especialmente no mundo hispano-americano (*Virgencita, Niña, Morenita, Negrita, Chinita* etc.). O

mesmo vale para o uso do pronome “minha”, particularmente no âmbito brasileiro (Minha Santa, Minha Mãezinha e o curioso Minha Nossa Senhora). (BOFF, 2006, p. 554).

A imagem de Nossa Senhora Aparecida se remete a uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, que foi um culto a Maria implantado de forma oficial em Portugal e, por extensão, no Brasil enquanto colônia portuguesa. Desta forma, Nossa Senhora da Conceição foi considerada protetora do Brasil durante o período colonial, sendo, em outro momento político, proclamada Padroeira do Império Brasileiro por D. Pedro I.

Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi proclamada Padroeira do Brasil somente em 16 de julho de 1930, pelo papa Pio XI, o que foi celebrado, em 31 de maio de 1931, com uma cerimônia oficial no Rio de Janeiro, então capital do país, com a imagem levada em procissão. Mas o culto público foi oficializado no país somente em 30 de junho de 1980, pela Lei nº 6.802, com a declaração do dia 12 de outubro como feriado nacional dedicado à devoção a Padroeira do Brasil.

Anteriormente, a imagem de Nossa Senhora Aparecida já havia sido coroada como Rainha do Brasil, em 1904, por decreto do papa Pio X, passando a utilizar a coroa de ouro cravejada de diamantes e rubis e o manto azul ofertado, em 1888, pela princesa Isabel como pagamento de uma promessa. Há o registro de visitas da família real à imagem de Nossa Senhora Aparecida – o príncipe-regente D. Pedro I, em 1822, e a princesa Isabel, em 1868 e 1888 –, assim como de inúmeros peregrinos que se dirigiram em direção à imagem ao longo desses três séculos para fazerem seus pedidos e agradecerem as graças que reconhecem terem recebido por intermédio de Nossa Senhora Aparecida.

No Brasil a imagem da Virgem da Conceição chegou em uma das naus de Pedro Álvares Cabral. Ela

representa Maria Santíssima de pé sobre o globo terrestre, tendo as mãos unidas em oração e os olhos voltados para o céu, esmagando com seus pés uma cobra, símbolo do pecado original. Os frades franciscanos foram os propagadores desta devoção que se espalhou de norte a sul, pois existem cerca de 375 paróquias a ela dedicadas. Em todas as localidades por onde passaram os filhos de S. Francisco foram construídos templos sob o orago de Nossa Senhora da Conceição, sendo Ela a padroeira de vários Estados brasileiros. (...) Após ter sido protetora de nosso país no período colonial, a Senhora da Conceição foi proclamada por D. Pedro I, ilustre descendente da dinastia de Bragança, Padroeira do Império Brasileiro. Com o advento da República e já no despontar do século XX, Ela cedeu o seu lugar a Nossa Senhora Aparecida, atual Rainha e Padroeira do Brasil, que é uma antiga imagem da Imaculada Conceição encontrada nas águas do rio Paraíba do Sul. (MEGALE, 1986, p. 111, 114-115).

É possível perceber que, embora existisse a devoção popular a Maria por meio da imagem encontrada no rio, que foi confirmando ser uma imagem milagrosa pelos já míticos milagres das velas no primitivo oratório do Itaguaçu e o milagre das correntes do escravo Zacarias, que atraíram as multidões para o local, a oficialização do culto a Nossa Senhora Aparecida como principal culto a Maria no país foi uma longa construção.

Armando Alexandre dos Santos (1996), percebendo a importância em Portugal da devoção a Nossa Senhora da Conceição, procurou a origem da mesma em livros portugueses e em documentos localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e nos Arquivos do Paço Ducal de Vila Viçosa, encontrando uma tradição que afirma que a festividade litúrgica a Nossa Senhora da Conceição aconteceu pela primeira vez em 08 de

dezembro de 1147, após a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, cidade que se encontrava na posse dos mouros, tendo vencido um cerco de cinco meses com o apoio dos cruzados vindos da Inglaterra, da Alemanha e de outros reinos nórdicos.

O primeiro bispo de Lisboa foi o inglês D. Gilberto de Hastings, que ficou no comando da Diocese entre 1147 e 1166, introduzindo em Lisboa o calendário litúrgico de Salisbury, no qual, ao que tudo indica, já havia a festa da Conceição de Maria, aprovada, em 1129, pelos bispos ingleses reunidos em Londres. Por essa pesquisa, o culto a Imaculada Conceição já estava presente durante a formação do Reino de Portugal, em 1139.

No ano de 1142, D. Afonso Henriques fez um compromisso de vassalagem à Santa Sé, oferecendo Portugal a São Pedro e à Igreja Romana, com a adoção do título pessoal de Soldado do Bem-Aventurado Pedro, além de declarar Portugal como Terra de Santa Maria e assumir o compromisso de vassalagem à Santa Maria de Claraval, decretando o envio de uma quantia anual ao Abade de Claraval, na França, evidenciando a ligação entre D. Afonso Henriques e Bernardo de Claraval, canonizado como São Bernardo, da ordem dos cistercienses, que fundaram seu primeiro mosteiro em terras portuguesas por volta de 1140.

Ao longo de toda a primeira Dinastia [de Borgonha], muitos foram as devoções a Nossa Senhora que se estabeleceram, algumas delas relacionadas com a Cruzada, sob cujo signo nascera a nova nação; outras, relacionadas com algum milagre alcançado em favor do povo fiel pela Virgem Santíssima; ou ainda, eram imagens antigas, dos tempos dos visigodos ou dos mouros, as quais, encontradas por pastores, passavam a receber veneração. São tantas as invocações dessa época

que seria impossível recordar todas. Apenas para mencionar algumas das principais, lembremos: Santa Maria dos Mártires, em Lisboa, e mais tarde em Silves e em Castro Marim; Santa Maria de Alcobaça; Santa Maria do Castelo, em Tavira; Santa Maria do Açor, em Celorico da Beira; Santa Maria da Escada (ou da Purificação), em Lisboa; Santa Maria do Milagre da Cera, em Évora; Nossa Senhora de Nazaré; Santa Maria de Oliveira, em Guimarães. (SANTOS, 1996, p. 29).

Pela obra de Santos (1996), publicada em comemoração ao 350º aniversário da consagração de Portugal a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, identifica-se a forte devoção mariana em Portugal e a relação do país com a Igreja Católica. Embora se evidencie um culto de certa forma implantado pelo rei, de cima para baixo, percebe-se a adesão popular à devoção, que se multiplicou em função das diferentes invocações, relacionadas ao encontro de uma imagem em determinado lugar ou à realização de um milagre reconhecido pelo povo.

Ainda a respeito de D. Afonso Henriques, existia uma forte devoção do primeiro rei português a Maria, a qual o acompanhava desde a sua infância. A tradição registra que ele próprio foi fruto de uma cura milagrosa. No local indicado a Egas Moniz, seu aio, após uma aparição de Maria, D. Afonso Henriques teria mandado construir o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere.

Segundo a tradição, D. Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal, nasceu aleijado das pernas, de tal sorte que nunca seria um homem normal. Educava-o seu fiel aio Egas Moniz, na esperança de que um milagre o curasse. Tinha já o menino cinco anos quando, certa noite, Nossa Senhora apareceu a Egas Moniz e lhe disse: *“Dom Egas Moniz, dormes? – Senhora, disse ele, e quem sois vós?”* E ela disse:

– *Eu sou a Virgem que mando que vás a tal lugar...* [e indicou precisamente o local]. *Cava naquele lugar e acharas uma igreja que em outro tempo foi começada em meu nome, e uma imagem minha, e correge a imagem minha que é feita em meu nome e à minha honra. E, como isto for feito, farás aí vigília e porão o menino sobre o altar, e sabe que será são e guarido [curado], e fazê-o bem em guardar, que o meu Filho quer por ele destruir os inimigos da fé.* (SANTOS, 1996, p. 20).

A Dinastia de Borgonha chegou ao fim quando, em 1383, o rei D. Fernando I faleceu sem deixar herdeiro masculino direto, gerando uma crise política, despertando o interesse do Reino de Castela pela coroa portuguesa. A população ficou ao lado do Mestre de Avis, D. João, filho ilegítimo de D. Pedro I e, portanto, meio-irmão do rei falecido. Houve uma guerra entre Portugal e Castela e, em 1385, quando o conflito chegou ao fim e D. João I se afirmou como rei de Portugal, novamente apareceu a figura de Maria de Nazaré na história portuguesa:

Foi na véspera da Assunção que se travou a batalha de Aljubarrota. Todo o país se encontrava em armas ao lado do Mestre de Avis D. João I, para enfrentar o poderoso exército inimigo que já havia atravessado a fronteira. Apesar da superioridade das forças adversárias, os portugueses não desanimaram, pois confiavam firmemente na proteção da Virgem Maria, cuja festa seria celebrada no dia seguinte. Momentos antes da peleja, D. João pediu auxílio à Mãe de Deus e prometeu construir um grande templo em sua honra, se os lusitanos saíssem vencedores. Não tardaram os castelhanos a arremeter com fúria sobre a vanguarda lusitana, que ia cedendo, quando o Mestre de Avis, para evitar o perigo iminente, corre adiante das tropas animando os soldados com o grito de guerra – “S. Jorge! Portugal! S. Jorge!

Portugal”. A coragem renasceu entre os guerreiros e pouco depois, quase por um milagre, os inimigos recuaram, fugindo desordenadamente. Enquanto estes fatos aconteciam no campo de batalha, a população de Lisboa, ameaçada pela esquadra inimiga, que fundeara no Tejo, percorria as diversas igrejas fazendo preces públicas a Maria Santíssima. Subitamente, não se sabe como, correu a notícia da vitória dos portugueses, no mesmo instante em que os soldados de Castela se retiravam de Aljubarrota. O povo afirmava que o arauto da auspiciosa informação era um jovem vestido de capa vermelha, que, segundo a crença popular, era o próprio S. Jorge. (MEGALE, 1986, p. 45, 46).

Como agradecimento, D. João I, da Dinastia de Avis, ordenou que todas as catedrais do reino fossem dedicadas à Nossa Senhora da Assunção e, a partir daí, a sua festividade, em 15 de agosto, passou a ser celebrada com grandiosidade em Portugal, o que também se estendeu às suas colônias. Além disso, cumprindo um voto realizado durante a batalha, D. João I, em 1386, mandou construir o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, que ficou conhecido como Mosteiro da Batalha.

A festa de Nossa Senhora da Glória, outro título por qual a invocação é conhecida, é uma das mais antigas e tradicionais do Rio de Janeiro, tendo sido construída, em 1503, em Porto Seguro, a primeira igreja dedicada a esta invocação no Brasil. O título de Nossa Senhora da Vitória, presente no Brasil desde o início da colonização, é anterior ao título instituído pelo papa Pio V, em 7 de outubro de 1571, após a vitória dos cristãos contra os turcos na batalha naval de Lepanto, afastando os muçulmanos da Europa, o qual foi alterado para Nossa Senhora do Rosário pelo seu sucessor, o papa Gregório XIII.

A Baía de Todos os Santos já era conhecida desde a primeira

Expedição Exploradora de 1501, (...) existia ali uma verdadeira colônia de portugueses que vivia em perfeita harmonia com os índios, sob a direção de Diogo Álvares, o Caramuru. (...) Pouco depois, chegou àquelas paragens do Novo Mundo o donatário Francisco Pereira Coutinho, (...) os abusos e provocações dos colonos irritaram os selvagens e as lutas recomeçaram, sem que o próprio Diogo Álvares fosse capaz de evitá-las. (...) Os lusitanos, desesperados, recorreram à Virgem Maria e, após uma renhida batalha, conseguiram derrotar os inimigos. Em agradecimento à proteção da Mãe de Deus, deram-lhe o título de Senhora da Vitória e construíram um templo em sua homenagem, que foi a primeira paróquia e igreja matriz da Bahia. (...) A Vila de Nossa Senhora da Vitória foi fundada em 1551 pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho em reconhecimento à proteção de Maria Santíssima num combate contra os índios goitacás. (MEGALE, 1986, p. 369, 370).

Percebe-se que da mesma forma como ocorreu na história política de Portugal, a vitória dos colonos portugueses na permanência e consolidação de sua presença no território, seja pela resistência dos nativos, seja pelos invasores de outras nacionalidades europeias, foi marcada pelas devoções marianas, já que estes reconheciam a intervenção da figura de Maria ou a sua aparição em meio à batalha, o que era seguido pela construção de alguma capela ou igreja em agradecimento, como na luta contra os holandeses, a qual ainda se revestia como uma cruzada religiosa, já que os holandeses eram protestantes:

Desde 1630 parecia solidamente implantado o domínio holandês no Nordeste brasileiro, controlando os batavos extensas áreas dos atuais estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande

do Norte, Ceará e Maranhão. Em 1645 levantara-se em armas Pernambuco, sob o comando de André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Antonio Dias Cardoso, do negro Henrique Dias e do índio potiguar D. Antonio Filipe Camarão. Mais tarde teve também participação destacada o general luso-peruano Francisco Barreto de Menezes, enviado pelo monarca português para comandar a cruzada libertadora. Após longa e encarniçada guerra, na qual a proteção de Maria Santíssima foi palpável – mais que isso, foi visível – especialmente na Batalha dos Tabocas (1645) e nas duas batalhas dos Montes Guararapes (1648 e 1649), afinal foram expulsos, em 1654, os últimos holandeses. Ainda hoje, sobre o local em que se travaram as duas decisivas batalhas dos Guararapes, ergue-se a histórica igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, graças a cuja intercessão – e até mesmo, segundo venerável tradição, graças a cuja aparição milagrosa – os lusos-brasileiros católicos alcançaram a vitória. (AZEVEDO, 2001, p. 116, 117).

Entre 1580 e 1640, ocorreu a União Ibérica, período em que Portugal esteve sob o domínio filipino, do ramo espanhol da Casa Real de Habsburgo, em função da morte do rei português D. Sebastião, em 1578, seguida pela morte do seu tio, D. Henrique I, período que chegou ao fim com a aclamação de D. João IV, da Dinastia de Bragança, como rei, ao que se seguiu uma guerra contra a Espanha, entre 1640 e 1668. Seis anos após subir ao poder, D. João IV consagrou Portugal a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, tornando-a padroeira do país e lhe entregando a coroa do reino português.

A consagração de 1646 marcou profundamente a História de Portugal e, como não podia deixar de ser, também a brasileira. Desde

então, nunca mais os reis portugueses puseram a coroa na cabeça, porque sempre se entendeu que a legítima Soberana de Portugal e seus domínios era Nossa Senhora. A tradição acabou por consagrar o já antigo uso de não serem coroados mas apenas aclamados os reis, e de no ato da aclamação figurar sempre a coroa sobre uma almofada, ao lado do monarca, significando que este era tão-só lugar-tenente e representante da verdadeira Rainha, que era a Padroeira. (SANTOS, 1996, p. 7).

O culto a Nossa Senhora da Conceição e a Nossa Senhora da Glória fizeram parte da história de Portugal. D. Afonso Henriques, na formação do reino português, proclamou Portugal como Terra de Santa Maria e D. João IV terminou por consagrar o país a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, proclamando-a Padroeira de Portugal, em 25 de março de 1646. Desta forma, o culto a Nossa Senhora da Conceição esteve presente desde o início da história portuguesa.

Em Portugal, Nossa Senhora da Conceição possuía grande número de devotos quando seu culto foi oficializado por D. João IV, primeiro rei da dinastia de Bragança, que fora aclamado a 1º de dezembro de 1640, data em que se iniciava a oitava da festa da Imaculada Conceição. Seis anos depois, com a aprovação das Cortes de Lisboa, ele dedicou à Virgem Imaculada o reino português. Em todo o território lusitano, assim como em suas colônias, a festa da Conceição de Maria tornou-se oficial e obrigatória, tendo sido cunhadas, em seu nome, moedas de ouro de 12 mil réis e outras de prata no valor de 450 réis. O solar da Santa Padroeira é Vila Viçosa, que deu seu nome a uma ordem honorífica instituída por D. João VI em 1818, com a denominação de Ordem de

Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. (MEGALE, 1986, p. 111).

A ação dos colonizadores na implantação do culto a Maria se fez notar desde o início da história do Brasil, seja com os navegadores que por aqui passaram (Pedro Álvares Cabral trouxe consigo uma imagem de Nossa Senhora da Esperança e a imagem de Nossa Senhora da Conceição veio em uma das naus comandadas por ele), com os bandeirantes que levavam as devoções oficiais e com os colonos em geral que traziam as devoções específicas dos seus locais de origem, por um lado; seja com as ordens religiosas responsáveis pela catequização, principalmente os franciscanos e os jesuítas, de outro lado.

Há títulos ligados a uma proteção especial: Nossa Senhora das Brotas, padroeira dos agricultores e dos criadores de gado; Nossa Senhora do Desterro, dos Navegantes, protegem os que empreendem viagens perigosas; Nossa Senhora do Parto, do Bom Sucesso, da Natividade, ajudam no parto; Nossa Senhora do Bom Despacho, da Boa Hora, da Boa Morte, garantem morte na graça de Deus; Nossa Senhora do Carmo e do Rosário garantem rápida passagem pelo purgatório. Os escravos veneravam de modo especial Nossa Senhora do Rosário, e a menos conhecida Nossa Senhora de Lampadosa (de Lampedusa, ilha entre Malta e África). Há títulos que são mais antigos: Nossa Senhora do Ó, do Monte, da Luz, da Graça, da Escada. Algumas devoções entraram no Brasil durante os sessenta anos de união política de Portugal com a Espanha (1580 a 1640): Nossa Senhora do Pilar, da Cabeça, de Monserrat, da Penha. Algumas devoções eram as preferidas de alguma Ordem religiosa: os jesuítas propagavam Ajuda, Fé, Luz, Natividade, candelária; e é conhecida a devoção

de Anchieta à Imaculada Conceição, a quem dedicou seu poema. Os franciscanos preferiam Conceição, dos Anjos, das Neves; os Agostinianos, Consolação, Correia, Bom Despacho. (HAUCK *Apud* CALIMAN, 1989, p. 75, 76).

Como apontado por João Fagundes Hauck no trecho acima, a invocação de Nossa Senhora da Penha é originária do norte da Espanha, assim como as invocações de Nossa Senhora de Montserrat, conhecida como a Virgem da Catalunha; Nossa Senhora da Cabeça, originária da Andaluzia; e Nossa Senhora do Pilar, cuja história se remete à evangelização da Península Ibérica pelo Apóstolo Tiago, filho de Zebedeu, também chamado de Tiago Maior. Segundo Nilza Botelho Megale (1986), que fez o levantamento da história, folclore e iconografia de cento e doze invocações marianas no Brasil, esta última devoção foi introduzida diretamente no Brasil, sem uma primeira difusão por Portugal, ao contrário das outras devoções.

A invocação de Nossa Senhora do Ó, celebrada com a Festa da Expectação do Parto da Santíssima Virgem, instituída por Ildefonso de Toledo (607-667), canonizado como Santo Ildefonso e declarado Doutor da Igreja, teve início na Espanha e se espalhou por Portugal, chegando ao Brasil com os portugueses. A invocação a Nossa Senhora das Angústias, iniciada em Granada no século XV, com a reconquista do último território da Península Ibérica que estava na posse dos muçulmanos, teve o mesmo percurso, chegando ao Brasil ao modo português.

Da Espanha o culto de Nossa Senhora das Angústias passou para Portugal onde foi fundada uma irmandade para venerar os padecimentos de Maria Santíssima. Esta confraria iniciou no século XVIII a realização das procissões do “Encontro” e do “Enterro” na Semana Santa, uso que se espalhou

também no Brasil durante o período colonial e ainda hoje continua nas cidades do interior. (...) Antigamente ela era festejada com folguedos populares e havia comércio de anéis, pulseiras e argolas de vidro, além de outros objetos religiosos. Sendo esta invocação muito antiga, as imagens conhecidas no Brasil são geralmente de roca. Seu culto foi divulgado em nosso país pelos monges beneditinos que lhe dedicavam grande devoção. (MEGALE, 1986, p. 33, 34).

Ainda é possível destacar as invocações de Nossa Senhora dos Desamparados, Padroeira de Valência; Nossa Senhora da Paz, iniciada em Toledo; Nossa Senhora da Soledade, muito difundida na Andaluzia, no sul da Espanha. Merece destaque a devoção a Nossa Senhora das Mercês, iniciada após ditas aparições de Maria ao militar francês Pedro Nolasco (1189-1256), canonizado em 1628 pelo papa Urbano VIII, assim como ao rei D. Jaime I de Aragão (1208-1276), que autorizou a fundação da Ordem Real e Militar de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos, que recebeu a filiação de muitos cavaleiros da Espanha, com o intuito de libertar os prisioneiros cristãos escravizados pelos mouros, durante a ocupação da Península Ibérica.

A Ordem de Nossa Senhora das Mercês, após a aprovação do Santo Padre, espalhou-se pela Europa. Quando Cristóvão Colombo descobriu a América, despertou a atenção dos mercedários para o enorme campo de atividades que se lhes deparava no Novo Mundo. A Milícia de São Pedro Nolasco logo aceitou o encargo de catequizar o selvagem americano do Mundo Espanhol. Os primeiros milicianos estabelecidos no Brasil vieram de Quito com Pedro Teixeira em 1639, quando o nosso país ainda se achava sob o domínio da Espanha, e se localizaram em Belém do Pará. Com a Restauração de Portugal, os

governantes de Lisboa suspeitaram dos mercedários, mas a Câmara e o povo fizeram requerimentos pedindo a sua permanência naquela cidade, devido à grande obra social e de catequese que estavam empreendendo. (...) [No século XVIII], a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês estabeleceu-se em Ouro Preto, com o intuito de libertar os escravos pretos e crioulos que trabalhavam nas minas. (...) Em Diamantina, sua festa se realiza a 17 de agosto com espetáculos de fogos de artifício, luminárias e foguetes, pois os negros acham que foi ela quem inspirou a Princesa Isabel para libertar os escravos. (MEGALE, 1986, p. 237, 238).

Com as contribuições da pesquisa de Megale (1986), é possível perceber a adesão popular às invocações marianas, mesmo quando implantadas de cima para baixo, como os decretos reais em Portugal relacionados às devoções a Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Glória ou no caso da devoção a Nossa Senhora das Mercês, com a criação da referida ordem real e militar.

A religiosidade popular se manifestava com essas grandes festas marianas e outras formas de devoção, como a reza familiar e comunitária do terço ou da ladainha de Nossa Senhora, o uso pessoal do escapulário do Carmo e a peregrinação aos santuários marianos, formas do fiel se relacionar com o seu santo ou com a figura de Maria, como foi apontado anteriormente com a definição de Clodovis Boff para o conceito de devoção.

Embora a quase totalidade das devoções marianas tenham chegado ao Brasil com os portugueses, deve-se falar de uma raiz ibérica para a devoção mariana no país, ao invés de simplesmente uma origem portuguesa, pois houve um intercâmbio religioso entre Portugal e Espanha em um

processo de difusão das devoções marianas pela Península Ibérica, cristianizada pelo Apóstolo Tiago Maior, o que deu origem à peregrinação a Santiago de Compostela, no noroeste da península, criando uma grande circulação populacional na região, geograficamente acima do território português, como uma das três peregrinações mais importantes do período medieval, como apontou o historiador Jacques Le Goff (2007).

Espera-se, assim, que este trabalho tenha contribuído para um maior entendimento da devoção mariana no Brasil em suas interações com as devoções portuguesas e espanholas, chegadas ao país no período da colonização, sobretudo, neste importante momento de reflexão acerca dos 300 anos de devoção a Nossa Senhora Aparecida, assim como do culto mariano no Brasil em geral, pois, independente do título, é a mesma Maria, mãe de Jesus de Nazaré ou, como definido no dogma proclamado pelo Concílio Ecumênico de Éfeso, em 431, Mãe de Deus (*Theotókos*), que o católico homenageia e presta devoção..

Referências

- AZEVEDO, Manuel Quitério de. *O culto a Maria no Brasil: História e Teologia*. Aparecida, SP: Editora Santuário; Academia Marial, 2001.
- BOFF, Clodovis. *Mariologia social: O significado da Virgem para a sociedade*. São Paulo: Paulus, 2006.
- CALIMAN, Cleto (org.). *Teologia e devoção mariana no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- <http://www.a12.com> (Acesso em 01 jul 2017).
- LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MEGALE, Nilza Botelho. *Cento e doze invocações da Virgem Maria no Brasil: História-íconografia-folclore*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SANTOS, Arnaldo Alexandre dos. *O culto de Maria Imaculada na Tradição e na história de Portugal: Um precioso legado que o Brasil fez fortificar*. Portugal; Brasil: Civilização; Art Press, 1996.